UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES

FÁBIO ROGÉRIO NUNES DE SOUSA

POLÍTICAS PÚBLICAS, ENVELHECIMENTO E TRABALHO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Mogi das Cruzes, SP

Junho de 2024

UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES

FÁBIO ROGÉRIO NUNES DE SOUSA

POLÍTICAS PÚBLICAS, ENVELHECIMENTO E TRABALHO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Mogi das Cruzes como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de Concentração: Qualidade de Vida e Dignidade Humana

Prof. Orientador: Dr. Andrea Bottoni

Mogi das Cruzes, SP

Junho de 2024

Ficha catalográfica
Universidade de Mogi das Cruzes - Biblioteca Central

Sousa, Fábio Rogério Nunes de
S725p Políticas Públicas, envelhecimento e trabalho: uma revisão integrativa / Fábio Rogério Nunes de Sousa. -- Mogi das Cruzes, SP: Universidade de Mogi das Cruzes, 2023.
53 f.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) -- Universidade de Mogi das Cruzes, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Andrea Bottoni
Inclui bibliografia.

1. Envelhecimento 2. Trabalho 3. Políticas públicas
I. Sousa, Fábio Rogério Nunes de II. Universidade de Mogi das Cruzes III. Título.

CDD 305.26

Elaborada por Maria Cristina Alves Silva Xavier – CRB-8/10077

Tel.: (11) 4798-7000
0800 19 2001
www.umc.br

ATAS

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES

Às nove horas do dia cinco de junho de dois mil e vinte e quatro, pela Universidade de Mogi das Cruzes, realizou-se a defesa de dissertação intitulada "POLÍTICAS PÚBLICAS, ENVELHECIMENTO E TRABALHO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA" pelo(a) candidato(a) **Fábio Rogério Nunes de Sousa,** para obtenção do grau de mestre em políticas públicas. Tendo sido o número de créditos alcançados por ele(a) no total de 36 (trinta e seis), a saber: 24 unidades de crédito em disciplinas de pós-graduação e 12 unidades de crédito no preparo da dissertação, o(a) aluno(a) perfaz assim os requisitos para obtenção do grau de mestre. A comissão examinadora estava constituída dos senhores professores doutores: Andrea Bottoni, e Silvia Cristina Martini, da Universidade de Mogi das Cruzes, e Naira de Fátima Dutra Lemos, da Universidade Federal de São Paulo, sob a presidência do primeiro, como orientador da dissertação. A sessão pública da defesa foi aberta pelo senhor presidente da comissão, tendo em seguida o(a) candidato(a) realizado a apresentação da dissertação. Concluída a apresentação, tiveram início as arguições pelos membros da comissão examinadora. A seguir a comissão, em sessão secreta, conforme julgamento discriminado por cada membro, considerou o(a) candidato(a).

Aprovado (aprovado(a) /reprovado(a)) por Unanimidade (unanimidade/maioria)

Mogi das Cruzes, 05 de junho de 2024.

Comissão Examinadora	Julgamento
Profª Drª Naira de Fátima Dutra Lemos Documento assinado digitalmente gov.br SILVIA CRISTINA MARTINI Data: 05/06/2024 10:39:02-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br	Aprovado (aprovado(a)/reprovado(a))
Profª Drª Silvia Cristina Martini	Aprovado (aprovado(a)/reprovado(a))
Prof. Dr. Andrea Bottoni	Aprovado (aprovado(a)/reprovado(a))

Scanned by TapScanner

AGRADECIMENTO

Agradeço ao meu esposo Nivaldo e à minha mãe Ângela por todo o suporte oferecido nesta jornada.

RESUMO

A relação de trabalho e envelhecimento tem se mostrado um desafio para a agenda das políticas públicas. Tomando como consideração o trabalho como um dos pilares para se determinar as condições da saúde da pessoa, seu exercício deve estar condicionado à prática da cidadania visando a garantia de direitos sociais. Está colocado o desafio de tentar garantir a participação de pessoas idosas na sociedade em geral e favorecer sua qualidade de vida no decorrer dos anos. O trabalho teve por objetivo realizar uma revisão integrativa sobre as políticas públicas de trabalho e renda e suas contribuições na promoção da saúde e da qualidade de vida do trabalhador idoso no Brasil. Foram sistematizados artigos científicos publicados ente 2003 e 2023, em língua portuguesa, nas bases de dados Lilacs, portal Capes e BVS, de artigos com acesso aberto e disponíveis na íntegra. Foram excluídos artigos que não geraram análise, reflexão ou crítica sobre a proposta do estudo. Do total de estudos levantados (n=116), 23 estudos integraram a revisão. Foi realizada uma análise descritiva dos dados extraídos, tendo como base a explicitação dos conteúdos relevantes aos objetivos do presente trabalho. Foi possível concluir que a população idosa no Brasil é heterogênea e exige, além da aposentadoria, políticas públicas de trabalho e renda específicas, dado o baixo nível de escolaridade, embora possuam experiência e conhecimento. Para reverter essa situação, são necessárias medidas como reciclagem e maior nível de escolarização. As políticas públicas de trabalho e renda para as pessoas idosas poderiam incluir medidas contra a discriminação da idade, flexibilidade na aposentadoria, trabalho em meio período, treinamento, incentivos para empreendedores idosos e incentivos fiscais para empresas que empregam pessoas idosas. A adoção dessas políticas poderia contribuir para a melhoria das condições de trabalho e renda das pessoas idosas, bem como para a sua qualidade de vida e bem-estar.

Palavras-chave: políticas públicas; envelhecimento; trabalho; saúde.

ABSTRACT

The relationship between work and aging has proven to be a challenge for the public policy agenda. Taking work as one of the pillars to determine the health conditions of the person, its exercise should be conditioned to the practice of citizenship aiming at the guarantee of social rights. The challenge is to try to ensure the participation of older people in society in general and to promote their quality of life over the years. The objective of this study was to conduct an integrative review of public policies on work and income and their contributions to the promotion of health and quality of life of elderly workers in Brazil. Scientific articles published between 2003 and 2023, in Portuguese, in the Lilacs, Capes portal and VHL databases, of articles with open access and available in full, were systematized. Articles that did not generate analysis, reflection or criticism about the study proposal were excluded. Of the total number of studies surveyed (n=116), 23 studies were included in the review. A descriptive analysis of the extracted data was carried out, based on the explanation of the contents relevant to the objectives of this work. It was possible to conclude that the elderly population in Brazil is heterogeneous and requires, in addition to retirement, specific public policies for work and income, given the low level of education, although they have experience and knowledge. To reverse this situation, measures such as recycling and higher levels of schooling are needed. Public policies on work and income for older people could include measures against age discrimination, flexibility in retirement, part-time work, training, incentives for older entrepreneurs, and tax incentives for companies that employ older people. The adoption of these policies could contribute to the improvement of the working conditions and income of older people, as well as to their quality of life and well-being.

Keywords: public policies; aging; work; health.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Protocolo de busca e critérios de exclusão dos estudos para análise 24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Apresentação dos artigos selecionados para compor a revisão integrativa 25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **11**

2 OBJETIVOS **22**

2.1 Objetivo Geral **22**

2.2 Objetivos Específicos **22**

3 MÉTODO **23**

4 RESULTADOS **25**

5 DISCUSSÃO **38**

6 CONCLUSÃO **46**

REFERÊNCIAS **49**

1 INTRODUÇÃO

Para Cabral (2022), o número de pessoas abaixo de 30 anos de idade no Brasil caiu 5,4% entre 2012 e 2021. O grupo etário com 30 anos ou mais representava 56,1% da população do país em 2021, percentual que era de 50,1% em 2012. Outro dado interessante, é que em dez anos, a parcela de pessoas com 60 anos ou mais passou de 11,3% para 14,7% da população. De acordo os dados citados, a população brasileira está envelhecendo e surge a reflexão de como essa população está sendo assistida pelas políticas públicas de trabalho e de renda nacionais.

O envelhecimento populacional é algo fatídico no mundo e no Brasil. O Fundo de População das Nações Unidas projeta que as pessoas idosas totalizarão dois bilhões em 2050, correspondendo a 22% da população global (UNFPA, 2012). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informa que o percentil de pessoas idosas passa de 6,4% no início dos anos 1980 para 13,75% em 2014 e que a média da expectativa de vida cresceu 8,9 nos últimos 25 anos no país, alcançando 75,8 anos em 2016 (IBGE, 2015).

Por causa do aumento dos anos de vida, pelo envelhecimento da população, as políticas de pensões e aposentadorias, a melhoria dos cuidados com a saúde, o mercado de trabalho e o sistema econômico tenderão a se adaptar. A dimensão dessas alterações depende do comportamento político e da representatividade do grupo etário (BLOOM *et al.*, 2010). Autores argumentam que uma população que contempla a maioria de pessoas idosas, está disposta a experimentar um crescimento da economia mais lentamente (BLOOM *et al.*, 2010). Para outros autores, uma população representada por uma maioria de pessoas em idade ativa, pode culminar em um maior crescimento econômico. Alguns autores consideram que o meio mais significativo para a escassez de trabalho é a diminuição da taxa de desemprego. Contudo, a produtividade do trabalho é o item mais relevante do que o tamanho da força de trabalho. Somado a isso, os países possuem instrumentos para lidar com o problema da escassez de trabalhadores se for necessário (HERRMANN, 2011).

Segundo Gomes e Pamplona (2015) para os locais que já estão vivenciando o envelhecimento populacional, a maioria dos autores destaca que as políticas voltadas para a manutenção e reinserção das pessoas idosas saudáveis no mercado de trabalho são fundamentais para o crescimento econômico dos países. No Brasil, a transição demográfica, fruto da queda das taxas de fecundidade e mortalidade, tem causado uma rápida alteração na estrutura etária, com uma redução na população de crianças e jovens (até 14 anos), uma elevação da população

jovem e adulta (entre 15 anos e 60 anos, ou pessoas em idade ativa) e um acréscimo importante da população idosa (acima de 60 anos). O Brasil passa então por um processo acelerado do envelhecimento da população e vai deixando de ser um país com uma população formada por jovens. Segundo Ribeiro *et al.* (2018), a diminuição de indivíduos em idade ativa é um dos impactos da transição demográfica. Junto a este fenômeno, acontece o aumento da proporção de trabalhadores no mercado de trabalho, levando pesquisadores a se perguntar, nas últimas décadas, se estamos preparados para absorver a quantidade de trabalhadores que pretendem se manter ocupados até a última etapa da vida.

Para Ribeiro *et al.* (2018) o nível de ocupação de pessoas de 60 anos ou mais de idade é ainda maior entre aqueles que não dispõem de pensão ou aposentadoria; em 2013, por exemplo, esta taxa era de 45,1%. Sendo assim, a ocupação na terceira idade parece vinculada à necessidade de manutenção do rendimento familiar nesta etapa da vida. No levantamento do IBGE (2008), embora a principal fonte de rendimento da população idosa fosse a aposentadoria ou pensão (67,6%), o trabalho contribuía com 28,3% da composição do rendimento nesse grupo. A necessidade de sustentar a família, associada à perda do poder de compra ocasionado pelos baixos valores dos benefícios previdenciários, podem explicar a permanência de pessoas idosas no mercado de trabalho.

Segundo Jacinto e Ribeiro (2015) um modo de pensar os efeitos do processo de envelhecer na economia, seria partindo dos efeitos da força de trabalhadores. O crescimento da economia vem da conjuntura da expansão da força de trabalho, do progresso técnico ou de capital. O principal impacto do processo de envelhecimento poderia ser observado na redução do tamanho da força de trabalho como uma proporção da população total e da queda do crescimento de trabalhadores. A menos que isso seja compensado por um aumento no acúmulo de capital, a renda nacional tenderá a cair. Desta maneira, o envelhecimento pode atuar, por um lado, como uma restrição ao desenvolvimento econômico sustentável, na perspectiva que contribui para reduzir o tamanho relativo da oferta de trabalho. O impacto sobre a estrutura econômica também pode parecer bastante negativo, pelo crescente ônus nas finanças públicas advindo de um menor número de indivíduos contribuindo com a seguridade social e de maiores gastos com a saúde das pessoas idosas, com redução na capacidade de poupança e acumulação. De outra perspectiva, esse processo de envelhecimento pode fomentar o crescimento econômico, já que os níveis médios de capital humano estão crescendo com as mudanças demográficas. O menor número de trabalhadores pode contribuir para o crescimento com um aumento mais que proporcional da produtividade destes, de tal forma que a parcela de trabalho

efetivo (número de trabalhadores vezes suas produtividades) tenda a crescer. Este aumento mais que proporcional pode vir do aumento da escolaridade, pois as coortes mais novas, embora menores, estão entrando na força de trabalho com uma produtividade maior do que as coortes que estão saindo. A restrição de oferta de trabalho ao longo do tempo, principalmente do menor número de jovens a cada geração, seria mais que compensada pelo aumento da contribuição de cada trabalhador ao crescimento. Ao mesmo tempo, melhorias nas condições de saúde e mudanças na tecnologia e na estrutura da economia implicam que a população idosa pode aumentar sua participação no mercado de trabalho, alterando a composição da força de trabalho e afetando a produtividade deste, assim como promover alterações no padrão de consumo e de poupança, com implicações para toda a economia e a sociedade (JACINTO; RIBEIRO, 2015).

Segundo Tavares (2020) diferentemente de outras mercadorias, o trabalhador permite que a sua força de trabalho seja consumida pelo comprador antes de receber o pagamento do seu preço. Preço este que, ao invés de ser pago por quem vai usar a mercadoria, é o próprio vendedor (que é o trabalhador) que adianta ao comprador (o capitalista, dono do negócio), através do que está produzindo. Como se não bastasse o trabalhador adiantar ao dono do negócio o seu salário, o preço da sua força de trabalho, colocado em contrato, não corresponde ao valor verdadeiro de uso que dela faz o seu comprador. Apenas uma parte do que o trabalhador faz é paga devidamente. Devido essa armadilha, há nas mercadorias vendidas pelo capital, um item adicional pelo qual ele não pagou, o que lhe permite modificar o seu dinheiro em capital e, portanto, acumular. Tavares (2020) ainda reforça que se o capitalista, dono do negócio, pagasse pelo trabalho do trabalhador o equivalente ao que é produzido por esse profissional, seu dinheiro não se modificaria em capital, tornando-se eloquente que a contradição capital-trabalho é fruto de uma determinada relação social. Essa relação social, historicamente, assume várias e novas formas. Visto que o seu fim e como o desenvolvimento indica reduzir a lucratividade, as novas maneiras de trabalho aumentam a exploração. Paradoxalmente, o avanço das forças de produtividade não indica a redução do tempo de permanecer trabalhando. Ao contrário, apesar do desenvolvimento tecnológico, o capital investe em modos de exploração que quer para ela mesma todo o tempo do trabalhador produtivo. Enaltecendo a flexibilidade, os governantes se encarregam de dar legalidade às maneiras que rebaixam o valor do trabalho, ao mesmo tempo que modifica as conquistas que trazem as garantias de proteção social.

Os primeiros pensamentos de preocupação sobre a velhice remontam aos anos 1970 quando iniciam debates acadêmicos e políticas públicas, intensificados nas décadas seguintes,

que trazem maior notoriedade para o tema (HOFFMAN-HOROCHOVSKI *et al.*, 2000). No ano 1982 foi realizada a Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento na cidade de Viena, convocada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1978. A Assembleia de 1982 produziu o Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento, com 66 recomendações que tiveram como objetivo, entre vários outros, tornar a pessoa idosa um ator social, com autonomia e independência financeira (CAMARANO; PASSINATO, 2004). Isso ressoou na Constituição Federal do Brasil de 1988, que introduz a seguridade social (previdência social, assistência e saúde) e determina no artigo 230: "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida" (Brasil, art. 230, 1988). A Política Nacional do Idoso – PNI (Lei 8.842/1994), regulamentada pelo Decreto 1.948 (1996), é um destaque na legislação sobre o processo de envelhecer no Brasil. Em sintonia com a Assembleia de Viena e com a Proclamação do Envelhecimento (1992), a PNI visa assegurar autonomia, direitos sociais e inclusão das pessoas idosas, agregando incentivos para a criação de políticas públicas. Algumas dificuldades na sua implementação e na efetivação dos direitos aos que envelhecem levaram à criação do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003), que arranja algumas políticas e leis já aprovadas e inclui várias outras, incorporando a integralidade e a equidade, e objetivando a promoção do bem-estar na velhice (CAMARANO; PASINATO, 2004; CAMARANO, 2013). No seu artigo terceiro, o Estatuto determina que cabe ao Estado garantir à pessoa idosa com prioridade, em conjunto com a sociedade e a família, "a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária" (Brasil, art. 3, 2003). Com o Estatuto da Pessoa Idosa, o Estado reforça sua responsabilidade na construção de um envelhecimento ativo, seguindo o conselho do Plano de Ação da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Madri em 2002 e o registra de maneira definitiva na agenda do governo (CAMARANO, 2013). Políticas de saúde, trabalho e renda, educação, assistência e previdência, se tornam necessários para o envelhecimento ativo, conforme defendido pela *World Health Organization* (WHO, 2005). Por legalidade, o Brasil assegura participação e direitos sociais às pessoas idosas e se prepara para o envelhecimento. Mas na prática do dia-dia essa preparação é passível de vários questionamentos.

As evoluções nos conceitos sobre o desenvolvimento e o envelhecimento, apontam para a discussão da probabilidade de o envelhecimento poder ser vivido com satisfação, bem-estar e saúde, instigando a busca de condições que interferem no alcance de um envelhecimento bem-

sucedido (CUPERTINO *et al.*, 2007). O significado de qualidade de vida está relacionado à autoestima e vários outros aspectos, tais como: aptidões funcionais, nível socioeconômico, capacidade para interação social, estado emocional e de saúde, nível intelectual, autocuidado, suporte familiar, religiosidade, estilo de vida, satisfação com atividades laborais e com as atividades do cotidiano e com o local em que a pessoa idosa vive (VECCHIA *et al.*, 2005).

Para Borglin *et al.* (2005), a qualidade de vida de indivíduos idosos depende da manutenção do *self* e da permanência de objetivos para a vida, englobaria também, valores pessoais, capacidade de adequação às mudanças, autonomia, saúde, relações sociais etc. Dawalibi (2013) apresenta um modelo psicológico de bem-estar da subjetividade na velhice, destacando: a relação entre os riscos ligados ao envelhecimento e o bem-estar subjetivo é mediada pelos sistemas de autorregulação do *self* e pela necessidade de ajustes psicológicos, em interação com as capacidades sociais que a pessoa idosa possui.

Souza *et al.* (2010) entendem que o envelhecimento como fenômeno natural, que vai do nascimento ao túmulo. O processo de envelhecer comporta, portanto, a fase da velhice, mas não se esgota nela. A qualidade de vida e a qualidade do envelhecimento se misturam com a visão de mundo do indivíduo e da sociedade em que ele se encontra, assim como com o "estilo de vida" conferido a cada pessoa. É nesse contexto que buscamos compreender o significado (atitudes, crenças e valores) do envelhecimento no mercado de trabalho para indivíduos idosos que frequentam uma instituição social destinado à sua convivência. Para refletir na articulação de envelhecimento e trabalho, pegamos como ponto de partida a reflexão sobre a sociedade capitalista, tendo em vista que é a hegemônica no contexto sócio-histórico em que vivemos, cuja essência, segundo Marx, é a exploração pelo trabalho.

Segundo Torres *et al.* (2015) existem desencontros sobre a constância do envelhecimento no ciclo vital da vida humana, mas existem estudos que o envelhecimento se institui como processo enquanto a velhice é caracterizada como um passo do desenvolvimento humano. Por mais que a velhice seja entendida de maneira mais comum por meio da idade cronológica (partindo dos 60 anos completos), também se tem a idade de cunho psicológico, biológica e funcional. A idade baseada no tempo não leva em consideração fatores como gênero e classe social, mas é um item importante no processo de avaliação da capacidade funcional. O processo de envelhecer é permeado por uma série de particularidades e atinge maior relevância na etapa da velhice. Os estudos sobre envelhecimento às vezes são polarizados, pois de um lado apresentam-se perspectivas que unem velhice a declínio, e de outro, com conclusões que

constatam que o desenvolvimento é possível mesmo durante o processo de envelhecer. No geral, acontecem perdas físicas e cognitivas relacionadas à velhice, principalmente em relação ao tônus muscular, audição e resistência osteomuscular, além de dificuldades de memória, linguagem e atenção. Alguns sintomas e doenças não são percebidos pela família do indivíduo idoso porque envolvem ações socialmente esperados para a velhice, como esquecimentos, apatia e cansaço. Essas ações esperadas pela sociedade são muito influenciadas pela mídia, que poderiam mostrar modelos mais positivos sobre o envelhecimento, na intenção de diminuir estereótipos e preconceitos.

A qualidade de vida das pessoas idosas pode ser analisada pela perspectiva da inserção do uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Mincache *et al.* (2012) apontam que nos dias de hoje os trabalhos científicos que juntam o uso das tecnologias à qualidade de vida vêm mostrando que essa junção produz bom impacto no bem-estar das pessoas. Para Pereira e Neves (2011) na utilização da internet, as pessoas compartilham, colaboram entre si e geram conhecimento, e isso proporcionou a criação de ferramentas para diminuir distâncias e trocar informações. Se a sociedade dá destaque às TIC para o partilhamento de informação e conhecimento, então se conclui que, a pessoa que não tem acesso à meio tecnológicos, estará excluída de parte da movimentação social. As pessoas idosas seriam potencialmente "infoexcluídos", uma vez que foram educadas num período em que conseguir ler e fazer cálculos de matemática era o suficiente para estarem informados. (Silva, 2008, apud Pereira e Neves, 2011).

Gonçalves (2015) diz que em 1961, Robert Havighurst introduz o termo *successful aging* no primeiro número da revista *The Gerontologist*. Porém, só na década de 1980, o termo foi popularizado por John Rowe e Robert Kahn, tornando-se conhecido. Porém, já na década de 1950 e 1960, alguns investigadores europeus tinham iniciado uma importante discussão sobre o tema. Estes investigadores notaram que era possível encontrar pessoas idosas saudáveis, e começaram a se perguntar sobre as ideias vigentes de que o envelhecimento é sinónimo de declínio.

Foi Organização Mundial de Saúde (OMS) que lançou o termo em 2002, quando da II Conferência Mundial Sobre o Envelhecimento realizada em Madrid. O envelhecimento ativo foi definido como "[...] o processo de otimização das oportunidades para a saúde, a participação e a segurança, com o objetivo de maximizar a qualidade de vida conforme as pessoas envelhecem" (OMS, 2002, p. 13). O objetivo do envelhecimento ativo é, segundo a OMS, "[...]

aumentar a expectativa de uma vida saudável e a qualidade de vida para todas as pessoas que estão envelhecendo, inclusive as que são frágeis, incapacitadas fisicamente, e que requerem cuidados" (OMS, 2002, p. 13). O envelhecimento ativo assenta em três pilares: a saúde, a participação e a segurança. As questões pertinentes à saúde são fundamentais para a qualidade de vida, diminuindo a necessidade de tratamentos médicos e de serviços assistenciais (OMS, 2002). A participação está relacionada com a condição das pessoas poderem continuar a contribuir para a sociedade, através de diversas atividades, remuneradas ou não. No que tange à segurança, quando às políticas e os programas enfocam as necessidades e os direitos das pessoas idosas à segurança social, física e financeira, ficam asseguradas a proteção, dignidade e assistência aos mais velhos se não puderem mais se sustentar e se proteger. As famílias e as comunidades são auxiliadas nos cuidados aos seus membros mais velhos (OMS, 2002). Sendo assim, França *et al.* (2013) reforçam que é fundamental que a sociedade, e seus diversos atores (responsáveis pela gestão de recursos humanos, sindicatos, instituições públicas, organizações etc.), discutam sobre esses e outros fatores restritivos ao desejo de pessoas mais velhas, já aposentadas ou em vistas de fazê-lo continuarem a trabalhar, como por exemplo, o preconceito existente contra a idade, o ageísmo, dentro de uma política de inclusão. E, mesmo para aquelas que optarem por deixar em definitivo o mercado de trabalho, que possam desfrutar de um ambiente favorável para a qualidade de vida e de outras potencialidades não realizadas durante o tempo regular de trabalho, que inclusive poderiam ser estimuladas em um programa de preparação para a aposentadoria. Tem-se, então, um poderoso desafio lançado aos pesquisadores da área da Psicologia.

Para Ziger *et al.* (2017), a presença de pessoas idosas no ambiente de trabalho possibilita contatos, podendo desempenhar funções que, mesmo sendo rotineiras, têm reconhecimento social, além do desenvolvimento físico, cognitivo e intelectual.

Souza *et al.* (2020) concluem que existem vários fatores relacionados ao trabalho que afetam a decisão dos trabalhadores mais velhos de continuar trabalhando além da idade de aposentadoria, tais como, motivação no trabalho, compromisso com a carreira, percepção do trabalho, flexibilidade de horário, exigências do emprego, controle do trabalho, satisfação com suas funções e valorização, possibilidades de desenvolvimento, relações positivas de gestão, boa comunidade e bom ambiente de trabalho, sem discriminação pela idade, entre outros.

Nessa visão, a velhice é percebida como fenômeno natural e social que se desenrola sobre o ser humano, único, indivisível, que na sua totalidade existencial, defronta-se com

problemas e limitações biológicas, econômica e sociocultural que singularizam seu processo de envelhecimento (SIQUEIRA *et al.*, 2002).

Pesquisas realizadas em território brasileiro mostram políticas direcionadas aos trabalhadores mais velhos. Cepellos *et al.* (2013) pesquisaram 138 gestores de Recursos Humanos e concluíram que, de modo geral, eles têm uma percepção positiva sobre os profissionais mais velhos, acima de 50 anos de idade. No entanto, tais atitudes não resultaram na adoção de práticas de Recursos Humanos voltadas à gestão da idade nas organizações pesquisadas (CEPELLOS *et al.*, 2013).

Para Pedro *et al.* (2020) com as iminentes mudanças propostas pela reforma da previdência, o trabalhador permanecerá contribuindo por mais tempo, ou seja, continuará suas atividades profissionais ao longo dos anos até atingir o tempo necessário para sua aposentadoria. Isso reflete a necessidade de retenção desse trabalhador pelo mercado de trabalho. Torna-se pertinente o levantamento de práticas e estratégias gerenciais capazes de facilitar esse processo de retenção e permanência de trabalhadores de maneira ativa e produtiva pelas organizações.

A capacidade de manter-se trabalhando após o processo de envelhecimento está vinculada à melhora nas questões de saúde. Para Giatti e Barreto (2003) as condições de saúde, relacionadas à autonomia e mobilidade física são associadas à permanência na vida ativa em idades mais avançadas.

Para Whitaker (2010) o Estatuto da Pessoa Idosa, aprovado no ano de 2003, traz um novo olhar em relação às pessoas idosas, o qual passa a ser visto como sujeito de direitos. Ocorre que vários preconceitos circundam o envelhecimento em nosso país e a sociedade precisa ser educada para entender o envelhecimento sobre esse novo olhar. Está na hora de repensar as atitudes que infantilizam a pessoa idosa e o assistencialismo, que, principalmente nas camadas exploradas, trata-o como indigente, transformando em esmola, ou favor, as poucas políticas públicas que amenizam essa fase da existência, em relação às quais se configuram direitos humanos estabelecidos como direitos sociais.

Não existe o estabelecimento de uma prática quando se trata da operacionalização do que está posto na legislação e o que é vivido na prática, quando se dá operacionalização à política pública de atenção às pessoas idosas, isso pode ser constatado quando se acessam dados referentes às diversas maneiras de violência que os acometem quando atingem a idade que se

insere neste grupo social, a velhice (SILVA *et al.*, 2021). Da mesma maneira, não se pode mencionar do acesso a política pública de assistência social de maneira isolada, visto que desde a Constituição Federal de 1988, previdência, saúde e assistência social, compõem o tripé da seguridade social brasileira. Entendendo que o acesso a política pública de assistência social não é universal, ou seja, conforme o Art. 1º da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS:

> A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, art. 1, 1993).

No Brasil, as políticas públicas de saúde voltadas às pessoas idosas surgiram como destaque no Pacto pela Vida em 2006, juntamente com a aprovação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI). O Pacto pela Vida tem como uma das prioridades, integradas e articuladas, o compromisso público dos operacionalizadores do Sistema Único de Saúde (SUS) na construção do Pacto pela Saúde. A saúde da pessoa idosa está dentro dessa priorização, ao requerer a atenção integral e a implementação da PNSPI, também destacam que a preocupação com as características demográficas que envolvem o processo de envelhecer dos brasileiros é recente e emergiu após se verificar o aumento dos gastos públicos sociais, entre eles de saúde, dispensados a esta faixa populacional (BRASIL, 2006a; BRASIL, 2006b).

A PNSPI conta para a execução de suas diretrizes do SUS, por meio dos profissionais de Estratégias de Saúde da Família para a Assistência Básica de Saúde, Hospitais Gerais e Centros de Referência à Saúde do Idoso, enquanto pontos de atenção. A atual redação, aponta que a finalidade primordial da PNSPI é "recuperar, manter e promover a autonomia e a independência das pessoas idosas, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde para esse fim, em consonância com os princípios e diretrizes do SUS" (BRASIL, art.3, 2006a). A PNSPI apresenta as seguintes diretrizes:

> a) promoção do envelhecimento ativo e saudável; b) atenção integral, integrada à saúde do indivíduo idoso; c) estímulo às ações intersetoriais, visando à integralidade da atenção; d) provimento de recursos capazes de assegurar qualidade da atenção à saúde da pessoa idosa; e) estímulo à participação e fortalecimento do controle social; f) formação e educação permanente dos profissionais de saúde do SUS na área de saúde da pessoa idosa; g) divulgação e informação sobre a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS; h) promoção de cooperação nacional e internacional das experiências na atenção à saúde do indivíduo idoso; e i) apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas (BRASIL, art. 3, 2006a).

Desde a implementação das ações para proteção às pessoas idosas em território brasileiro, muitas instituições da federação começaram seu caminho para a implantação de políticas dentro do município, que contemplassem programas focados para as pessoas idosas, com o oferecimento de atividades para a maximização da qualidade de vida, e recentemente, ações voltadas à gestão da mobilidade urbana. Para Pereira *et al.* (2016, p. 24), em sintonia com a política nacional e estadual da pessoa idosa, pode-se destacar a mobilização da cidade de Mogi das Cruzes:

> [...] que criou a Lei Municipal n.º 4.864, de 12 de março de 1999, que decretou e promulgou a Política Municipal do Idoso, que, por sua vez, tinha como finalidade promover a garantia do pleno exercício da cidadania aos idosos com mais de 60 anos. Dessa política veio, também, o órgão responsável pela elaboração, pela implantação, pelo acompanhamento, pela supervisão e pela avaliação da Política Municipal do Idoso, o Conselho Municipal do Idoso. A partir de então, o município passou a desenvolver projetos a fim de proporcionar aos idosos qualidade de vida, dentre os quais se destaca o Pró-Hiper - Centro de Qualidade de Vida do Idoso ou Centro de Qualidade de Vida do Idoso - Professora Thereza Amália Manna de Deus, ligado à Coordenadoria do Idoso da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, que tem 1.800 idosos inscritos em atividades supervisionadas por uma equipe multidisciplinar. Embora nem todos sejam frequentadores assíduos, computa-se uma frequência de aproximadamente 400 pessoas por dia com mais de 60 anos.

Atualmente, o Brasil apresenta um crescente caminho do envelhecimento da população, conforme dados da *World Health Organization* (WHO), onde divulgam que até 2025, o Brasil será o sexto país do mundo com o maior número de indivíduos idosos (WHO, 2005). O Brasil contabiliza mais de 20 milhões de pessoas com 60 anos ou mais e apresenta um olhar de aumento dessa população para as próximas décadas, devendo atingir 41,5 milhões, em 2030, e 73,5 milhões, em 2060 (WHO, 2005). O fato apresenta-se como algo desafiador para as políticas de saúde voltadas para a garantia da saúde, da qualidade de vida e da assistência dos agravos que os acometem. Diante das mudanças da população idosa no Brasil, que ao longo de muitos anos se apoiou com a preponderância de indivíduos mais jovens, levantou a necessidade de refletir as novas demandas, originadas da situação populacional e epidemiológico, a fim de aumentar a discussão acerca do envelhecimento, visando a avaliação das políticas públicas de atenção à saúde para a população idosa, sua efetividade para melhorar as ações de proteção e assistência destinadas a eles (DAMASCENO; SOUZA, 2016).

Boa parte das pesquisas científicas sobre pessoas idosas no mercado de trabalho e o sofrimento causado pela violência, têm sido realizados nos países desenvolvidos. De acordo com Batista e Teixeira (2021), o envelhecimento gradativo que ocorreu nesses países, tenha propiciado uma maior ampliação de tempo para lidar e pensar sobre as questões oriundas do

processo de viver mais, conhecida como longevidade. No Brasil, as pesquisas mostram que as pessoas idosas enfrentam desafios para permanecerem no mercado de trabalho pelas condições inadequadas desses ambientes pelo estado de saúde do trabalhador, por mais que se tenha iniciativas dos governos em outros países para adequar as condições de trabalho, como a política que flexibiliza o trabalho. A permanência da pessoa idosa no trabalho é positiva tanto para o mercado como para a própria pessoa idosa.

Torres *et al.* 2015 apontam que as pessoas idosas são enxergadas de maneira muito negativa, seja pelas características psicológicas (perdas cognitivas, depressão), físicas (doença, dor, vulnerabilidade) ou sociais (isolamento, improdutividade), que delimitam oposições estabelecidas por jovens e pessoas idosas, colocando em voga que tais oposições podem gerar conflitos entre as gerações, que se destacam por ser um terreno produtivo para as expressões de antipatia, exclusão e discriminação. Nota-se que é necessário desenvolver ações de preparação para aposentadoria, lutando contra o senso comum de que o trabalho se apresenta como oposição ao envelhecimento e a aposentadoria como ligada à improdutividade e doenças.

Para finalizar, é importante destacar a emergência do tema buscando construir e consolidar a proteção dos direitos dos indivíduos idosos em todas as suas dimensões, visto que a humanidade tende a aumentar a expectativa de vida da pessoa idosa. Entende-se a necessidade de consolidar políticas públicas que possam fazer diferença no campo do atendimento e na atenção ao indivíduo idoso. Vale salientar que sempre o campo de defesa dos direitos das pessoas é o campo dos conflitos, mas por outro lado também do aumento das potencialidades e das possibilidades que brotam através das lutas em defesa de melhor qualidade de vida para todos. Viver implica em dar sentido à vida humana e neste caminho se faz necessário instrumentar a pessoa idosa sob os seus direitos e participação ativa na sociedade, com o objetivo de se poder construir uma sociedade mais igualitária para todos os indivíduos.

2 OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

Realizar uma revisão integrativa sobre as políticas públicas de trabalho e renda e suas contribuições na promoção da saúde e da qualidade de vida do trabalhador idoso no Brasil.

2.2 Objetivos Específicos

- Sintetizar artigos que contém informações sobre políticas públicas de trabalho e renda, e a sua relação na promoção da saúde e da qualidade de vida do trabalhador idoso no Brasil.

3 MÉTODO

O método proposto para o atingimento dos objetivos foi uma Revisão Integrativa de Literatura. A proposta se adequou aos objetivos atuais deste estudo por possibilitar uma análise ampla da literatura, combinando evidências qualitativas e quantitativas, contribuindo para reflexões e profundo entendimento de um determinado tópico ainda em desenvolvimento na área.

A execução da Revisão Integrativa da Literatura proposta neste trabalho teve como base cinco etapas: 1 - Elaboração da pergunta norteadora; 2 - Busca ou amostragem da literatura; 3 - Coleta de dados; 4 - Análise crítica do conteúdo incluído; 5 - Discussão dos resultados.

A pergunta norteadora da presente pesquisa foi: “As políticas públicas de trabalho e renda, contribuem para a promoção da saúde e da qualidade de vida do trabalhador idoso no Brasil?”.

A busca foi realizada no período de 2003 a 2023, pois 2003 foi sancionado o estatuto da pessoa idosa (lei 10.741/03) considerado um marco para garantir os diretos das pessoas idosas.

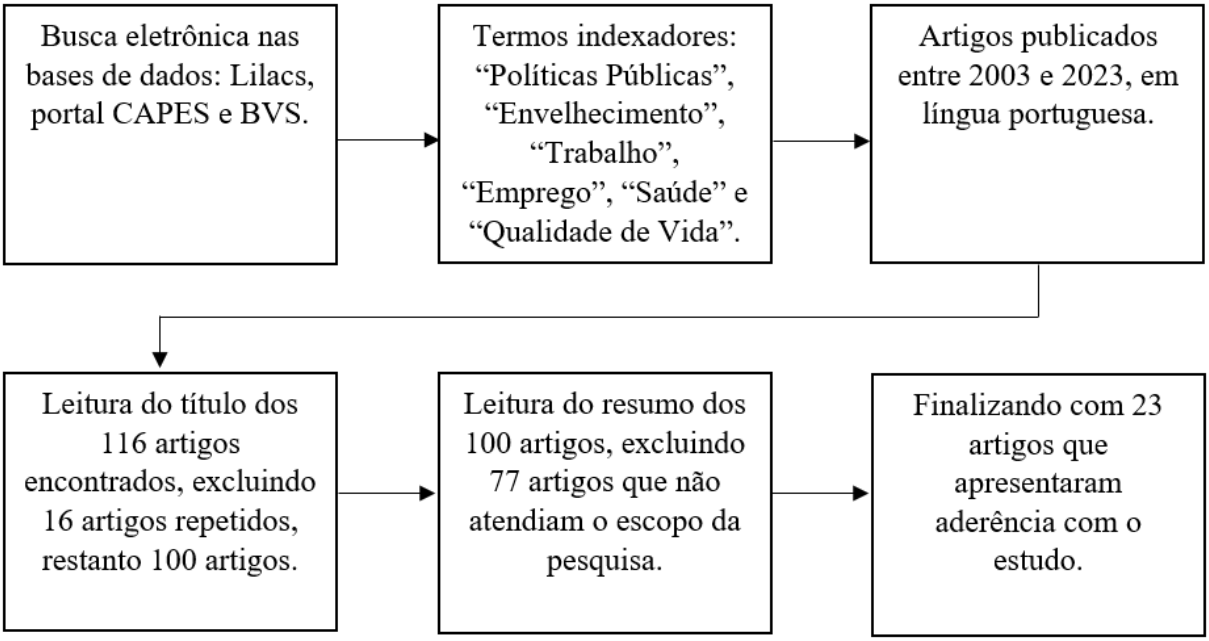
Como estratégia de busca para a seleção dos estudos foram consultadas as bases Lilacs, portal CAPES e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) mediante o cruzamento dos seguintes descritores: “Políticas Públicas”, “Envelhecimento”, “Trabalho”, “Emprego”, “Saúde” e “Qualidade de Vida”. A utilização desses descritores se justifica, porque entende-se que esses termos são eficientes para representar os objetos de estudo da pesquisa.

Diferentes estratégias foram utilizadas com base nos campos de busca disponíveis no banco de dados. Durante toda a busca, os descritores utilizados foram em português, devido aos objetivos apresentados se relacionarem exclusivamente à produção brasileira. Os descritores elencados para busca foram: “Políticas Públicas” AND “Envelhecimento” AND “Trabalho” OR “Emprego”. Também foram usados: “Políticas Públicas” AND “Envelhecimento” AND “Saúde” OR “Qualidade de Vida”. Por último: “Envelhecimento” AND “Trabalho” OR “Emprego” AND “Qualidade de Vida”.

Os critérios para inclusão de artigos acadêmicos na pesquisa se restringiram a trabalhos que apresentassem análise, reflexão ou crítica explícita sobre a relação entre Políticas Públicas de trabalho e renda, envelhecimento e trabalho ou emprego. Já os critérios de exclusão foram: estudos repetidos, artigos que não atendiam a proposta da pesquisa.

A coleta de dados utilizando os descritores escolhidos resultou em um total de 116 artigos, sendo realizado a leitura do título, excluindo 16 artigos repetidos. Foi realizada a leitura do resumo, excluindo 77 que não faziam análise, reflexão ou crítica sobre Políticas Públicas, envelhecimento e trabalho ou emprego. Foram selecionados um total de 23 trabalhos que cumpriram os critérios (Figura 1).

Figura 1 - Protocolo de busca e critérios de exclusão dos estudos para análise



Fonte: Sousa, F. R. N; Bottoni, A. (2023)

Para a análise dos dados foi realizado um cruzamento das informações levantadas, com a finalidade de identificar e elucidar as relações convergentes e divergentes entre os autores. A discussão dos resultados foi realizada por meio da redação em texto corrido dos principais resultados levantados ao longo da pesquisa.

4 RESULTADOS

Como resultado da busca por periódicos em bases indexadas, 23 artigos foram selecionados para compor a revisão integrativa. Os artigos estão dispostos no quadro a seguir, onde é apresentada uma síntese de cada um contendo autor/periódico/ano, objetivo do estudo/método e síntese do estudos/principais resultados (Quadro 1).

Quadro 1 - Apresentação dos artigos selecionados para compor a revisão integrativa

N°	Autor, periódico, ano	Objetivo do estudo	Tipos de estudo, método	Síntese do estudo, principais resultados
1	GOMES, P. S.; PAMPLONA, J. B. Envelhecimento Populacional, Mercado de Trabalho e Política Pública de Emprego no Brasil. **E&G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 15, n. 41, out/dez, 2015.	Caracterizar o processo de envelhecimento populacional no Brasil e analisar suas consequências para o mercado de trabalho e a política pública de emprego.	Revisão crítica da literatura e são apresentados dados quantitativos descritivos e estatísticos de fontes secundárias.	A implantação de política pública de emprego específica para pessoas idosas pode amenizar os efeitos negativos do envelhecimento populacional sobre o mercado de trabalho, a exemplo do que já ocorre nos países da Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
2	FRANÇA, L. H. F. P. *et al.* Aposentar-se ou continuar trabalhando? O que influencia essa decisão? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 548-563, 2013.	Discutir os aspectos que podem fazer aumentar a permanência dos trabalhadores na organização, sua saída definitiva do mercado ou a adoção do *bridge employment* (o	Revisão da literatura. São analisados os aspectos individuais (idade, percepção de saúde, expectativa subjetiva de vida, situação e relacionamento familiar e status financeiro), aspectos de trabalho	Encontra-se que a decisão de aposentadoria das pessoas idosas envolve uma variedade de fatores pessoais, organizacionais e outros (legislativos, culturais, sociopolíticos e tecnológicos). Constata-se a escassez de estudos na temática com amostras exclusivas de pessoas idosas em ambas as categorias, assim como a maior ou menor relevância de determinado fator dependerá do contexto de

N°	Autor, periódico, ano	Objetivo do estudo	Tipos de estudo, método	Síntese do estudo, principais resultados
		emprego que tem vez após o rompimento com a estrutura formal do trabalho).	(percepção e controle do trabalho, flexibilidade de horário) e a preparação para a aposentadoria, que podem influenciar a decisão desses trabalhadores.	vida de cada trabalhador. Além do mais, como a decisão de aposentadoria é um processo dinâmico, existe carência de estudos longitudinais que necessitam ser supridos com pesquisas mais robustas nacionais da população idosa.
3	JACINTO, P. A.; RIBEIRO, E. P. Crescimento e envelhecimento populacional brasileiro: Menos trabalhadores e Trabalhadores mais produtivos? **Pesquisa e planejamento econômico**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, ago 2015.	Entender os movimentos e a evolução da produtividade do trabalho e do emprego no Brasil ao longo do tempo, em um contexto de restrição da oferta de mão de obra devido ao envelhecimento populacional.	A mensuração da produtividade dos trabalhadores de diferentes grupos etários e coortes, a partir da evolução dos salários médios e dos retornos à escolaridade utilizando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1992 a 2009. O método de identificação utilizado segue o modelo popularizado por Deaton e Paxson (1994), que permite identificar os efeitos de coorte, separando-os dos efeitos idade e período sobre	Os resultados mostram que: i) as gerações mais novas são mais escolarizadas e, com isto, a priori, mais produtivas; ii) as gerações mais novas estão com uma taxa de ocupação significativamente maior do que as mais velhas, embora os mais jovens tenham menor ocupação; iii) a maior escolaridade não está se traduzindo em maiores salários médios, o que pode indicar que o aumento de oferta relativa de trabalhadores qualificados reduziu o rendimento dos trabalhadores mais jovens, em geral, mais escolarizados.

N°	Autor, periódico, ano	Objetivo do estudo	Tipos de estudo, método	Síntese do estudo, principais resultados
			salários sob a hipótese de efeitos período cíclicos.	
4	ZIGER, R. *et al.* Perspectivas de carreira para pessoa idosas nas organizações. **Revista de Carreiras Pessoas**, Santa Catarina, Volume 7, n° 3, p. 64-87, 2017.	Observar fatores que contribuem para a carreira de idosos nas organizações.	O procedimento metodológico utilizado foi qualitativo, com alguma recorrência a dados quantitativos, sobretudo demográficos.	Com este estudo observou-se a necessidade de criação de novas políticas públicas de emprego voltadas aos indivíduos idosos, fazendo com que as organizações possam inseri-los no mercado de trabalho com autonomia e segurança.
5	SOUZA, L. B. C. *et al.* Fatores de postergação da aposentadoria de idosos: revisão integrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 3889-3900, 2020.	Buscar evidências científicas publicadas em estudos analíticos que versam sobre fatores de postergação da aposentadoria de trabalhadores idosos.	Foi realizada uma revisão integrativa da literatura com busca de artigos originais nas bases da Biblioteca Virtual de Saúde e Scielo no período de janeiro/2009 a março/2018.	A transição etária está ocorrendo de forma rápida em termos de status nacional, sem que a população tenha alcançado as devidas conquistas sociais e melhoria real das condições de vida. Questiona-se a generalização dos resultados internacionais à população brasileira, considerando que os níveis de IDH, regras previdenciárias, condições sociais, políticas e econômicas são diferentes de outros países. Conclui-se que a carência de estudos de coorte nesta temática é lacuna que precisa ser suprida com estudos mais robustos nacionais. existe a necessidade de estudos voltados para as expectativas dos trabalhadores idosos brasileiros frente à aposentadoria, melhor compreensão do processo de envelhecimento, dos fatores que determinam a participação da vida profissional na velhice e que afetam as decisões sobre a extensão da vida profissional.

N°	Autor, periódico, ano	Objetivo do estudo	Tipos de estudo, método	Síntese do estudo, principais resultados
6	BATISTA, R. L.; TEIXEIRA, K. M. D. O cenário do mercado de trabalho para idosos e a violência sofrida. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 6, 2021.	Analisar de maneira sistemática as publicações sobre o cenário do mercado de trabalho para as pessoas idosas e às situações de violência enfrentadas pelos idosos ativos.	Revisão integrativa da literatura.	Os estudos evidenciaram que as pessoas idosas encontram dificuldades de se manterem no mercado de trabalho pelas inadequações do local de trabalho e pela condição de saúde da pessoa idosa. Existem iniciativas governamentais que visam melhorar as condições de trabalho dos longevos, sendo a presença da pessoa idosa benéfica para sua saúde e para o mercado. Sobre a violência sofrida no trabalho, os estudos são escassos, e os existentes destacam as dificuldades de entrada e permanência dos longevos no mercado em detrimento do ageísmo e dos estereótipos ligados ao envelhecimento.
7	FIALHO, A. A. B. *et al.* A pessoa idosa e o mercado de trabalho: uma análise a partir da PED 2014 da região metropolitana de Belo Horizonte. **Estud. Interdiscipl. Envelhec.** Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 9-29, 2019.	Compreender o panorama geral do mercado de trabalho da pessoa idosa na região metropolitana de Belo Horizonte, analisando de forma comparativa os principais fatores que influenciam estes sujeitos a permanecerem ou a retornarem a esse meio, considerando para tal, os grupos de pessoas idosas	Fez-se uso de dados secundários da base de Pesquisa de Emprego e Desemprego, desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, os quais foram analisados utilizando-se o SPSS, por meio da análise exploratória e teste “t” de médias.	Foi possível constatar que as pessoas idosas consideradas como ocupadas, em sua maioria estão alocadas no setor privado, são empregadas e em ocupações de baixo nível de profissionalização. Verificou-se que a permanência da pessoa idosa no mercado de trabalho, pode demonstrar ineficiência dos proventos dos sistemas de aposentadoria ou pensão, fazendo com que estes sujeitos optem por manter-se no mercado de trabalho a fim de aumentar não só a sua renda, como também a de sua família. Entretanto, há que se considerar esta situação também, como sendo de caráter positivo, uma vez que a pessoa idosa se mantém produtiva e

N°	Autor, periódico, ano	Objetivo do estudo	Tipos de estudo, método	Síntese do estudo, principais resultados
		ocupadas e inativas, de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego.		socialmente envolvida com o trabalho por mais tempo.
8	PÉREZ, E. R. *et al.* Análise dos determinantes da participação no mercado de trabalho dos idosos em São Paulo. **R. Bras. Est. Pop.** Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 269-286, jul/dez 2006.	O objetivo do trabalho é analisar os determinantes da condição de atividade e das horas trabalhadas dos indivíduos de 60 anos e mais que moravam em São Paulo no ano 2000. Entre os determinantes, a condição de saúde é tratada com especial atenção.	Os dados provêm da Sabe, uma pesquisa sobre Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento, da Opas. Para controlar o viés de endogeneidade que provém da relação entre o estado de saúde e a participação no mercado de trabalho, foi utilizado o método das Variáveis Instrumentais. Foram utilizadas diferentes medidas de saúde para captar diversos efeitos sobre a oferta de trabalho.	Os resultados mostram que, para os homens, são as variáveis econômicas as que apresentam um forte poder de explicação dos modelos de trabalho; já no caso das mulheres, são as variáveis relacionadas à composição familiar. Apresentar uma condição de saúde pior significa menor probabilidade de trabalhar. Para os homens, os resultados da instrumentalização das variáveis de saúde sugerem que o efeito da atividade das pessoas idosas sobre sua saúde é negativo. Isto pode indicar que o trabalho afeta negativamente a saúde, ou pode ser resultado de que as pessoas idosas ativas são os mais escolarizados e de maior renda, tendo melhor acesso a serviços de saúde, levando a que os ativos tenham uma melhor percepção dos problemas de saúde.
9	PAOLINI, K. S. Desafios da inclusão do idoso no mercado de trabalho. **Rev. Bras. Med. Trab.** São Paulo, v. 14, n. 2, 2016.	Avaliar as contribuições das pessoas idosas para o mercado de trabalho brasileiro e as políticas públicas correlatas.	Revisão da literatura.	O trabalho é fonte de remuneração, realização pessoal e grande sustentador da qualidade de vida. As políticas públicas em vigor são insuficientes para incorporar a população idosa no processo produtivo. Admite-se que a implementação de políticas públicas para a inserção das pessoas idosas

N°	Autor, periódico, ano	Objetivo do estudo	Tipos de estudo, método	Síntese do estudo, principais resultados
				ao mercado de trabalho é necessária, uma vez que a mão de obra mundial está envelhecendo rapidamente.
10	ABE, D. S. B. *et al.* Envelhecimento e trabalho na perspectiva dos trabalhadores: uma revisão integrativa. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 2, n. 24, p. 570-581, 2020.	O artigo tem por objetivo analisar o fenômeno do envelhecimento e a vida laboral dos indivíduos, entendendo essa relação como um processo heterogêneo, peculiar e adaptativo, influenciado pelas vivências, os contextos sociais, os estilos de vida e as particularidades de cada indivíduo.	Trata-se de uma revisão integrativa da literatura científica, em que foram utilizadas para a coleta dos dados as bases de dados: PubMed e Biblioteca Virtual da Saúde.	As evidências mostraram que, com o avanço da idade a capacidade laborativa pode ser influenciada pela perda funcional a que está sujeito todo ser vivo. Foram evidenciados ainda aspectos positivos do envelhecimento que favorecem o desempenho das atividades, como a obtenção de conhecimento e maturidade aliado ao estabelecimento de vínculos.
11	GONÇALVES, A.; BRANCHI, A. B. Envelhecimento, sustentabilidade e reforma do Sistema de Seguridade brasileiro: um novo desafio demográfico para uma velha questão política. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 348-361, jul/dez 2019.	Oferecer elementos para a análise das diferentes posições políticas acerca da sustentabilidade no Sistema de Seguridade Social brasileiro.	Além da breve revisão bibliográfica acerca do termo sustentabilidade, o estudo apresenta a trajetória e as perspectivas para a proteção social voltada aos indivíduos idosos no Brasil.	Conclui-se que enquanto a primeira e hegemônica retórica utiliza o termo sustentabilidade para justificar o desmonte do Sistema de Seguridade Social no Brasil, a segunda perspectiva pode colocar a sustentabilidade como instrumento para ampliação das responsabilidades e garantias sociais oferecidas pelo Estado, ensejando forte disputa para manutenção e expansão das conquistas socialmente estabelecidas para atendimento à pessoa idosa.

N°	Autor, periódico, ano	Objetivo do estudo	Tipos de estudo, método	Síntese do estudo, principais resultados
12	FERREIRA, D. N. *et al.* Implicações da aposentadoria compulsória por idade: reflexões e perspectivas. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, São Paulo, vol. 32, n. 1-3, jan 2022.	Problematizar os impactos da aposentadoria compulsória por idade na vida dos trabalhadores aposentados.	Revisão da literatura.	É de extrema importância que a aposentadoria compulsória seja contemplada no bojo das discussões sobre envelhecimento populacional, tendo em vista as implicações negativas que a inatividade laboral obrigatória possa vir a ter para os sujeitos. Se faz necessário o fomento de políticas públicas que formalizem estratégias que auxiliem os trabalhadores no processo de desvinculação do trabalho, reconstrução de seu cotidiano e de sua identidade.
13	NASCIMENTO, A. J. R; RABÊLO, F. C. E. Memória e envelhecimento: narrativas sobre questões de gênero e do mundo do trabalho. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 333-342, jul/dez 2008.	Interpretar as narrativas dos idosos sobre o mundo do trabalho, sobretudo, com base em discussões teóricas que se têm feito sobre envelhecimento, gênero, trabalho e memória.	Revisão da literatura.	Com base em dados obtidos, vão se delineando também as diferenças entre ser homem e ser mulher e as implicações que delas decorrem. Fator importante e que também pontuamos, trata-se de mostrar que, com o fenômeno do envelhecimento populacional, toda a estrutura social se altera: as relações com indivíduos de outras faixas etárias; a maneira de lidar com os novos desenhos de família; o papel da previdência social e das políticas públicas, enfim, as instituições e os indivíduos mudam suas maneiras de agir, assumem novos papéis na dinâmica da vida social.
14	FONTOURA, D. S. *et al.* O desafio de aposentar-se no mundo contemporâneo. **Educação & Realidade**, Porto	O presente artigo analisa os relatos de 70 sujeitos acima de 45 anos que discorrem	Revisão da literatura.	Os resultados da pesquisa sinalizam, por um lado, o impacto da aposentadoria sobre os trabalhadores, desafiando-os a repensarem e reorganizarem suas vidas. Por outro lado,

N°	Autor, periódico, ano	Objetivo do estudo	Tipos de estudo, método	Síntese do estudo, principais resultados
	Alegre, v. 40, n. 1, p. 53-79, jan/mar 2015.	sobre suas perspectivas e experiências em relação à aposentadoria.		demonstram que existem formas diferentes e divergentes de lidar, influenciadas pela natureza e condições das trajetórias laborais, bem como pelo modo como percebem e vivenciam o processo de envelhecimento.
15	ALVES, C. N. S. O descarte do trabalhador idoso no capitalismo contemporâneo: elementos que os conduzem ao mercado informal de trabalho. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, p. 196-208, 2019.	O estudo proposto nesse trabalho visa empreender uma discussão acerca do envelhecimento do trabalhador no capitalismo contemporâneo e as motivações que têm levado os trabalhadores idosos a se inserirem no mercado informal de trabalho.	Revisão da literatura.	A primeira conclusão a que se chega é que as discussões associadas ao envelhecimento na atualidade se acirraram a partir dos anos 1990 e acabaram por delinear questões que essencialmente estão além da degradação física e da desvalorização social. Outro ponto importante destacado, revela à medida que, quando não atua diretamente como produtor de valor-de-uso/ valor-de-troca, o trabalhador passa a assumir o papel de consumidor de mercadorias, com desejos e necessidades pré-estabelecidos pelo capital. Nessa perspectiva, é notório que os indivíduos idosos sujeitos desse estudo, inseridos numa relação de retorno ao trabalho, não reconhecem os elementos negativos que constituem esse processo.
16	ALVES, S. B. *et al.* Produção de conhecimento no serviço social sobre as lutas e proteção social à velhice dos trabalhadores. **Textos & Contextos**, Porto Alegue, v. 15, n. 1, p. 75-83, jan/jul 2016.	A contribuição desta produção está em indicar diretrizes para o conteúdo das políticas sociais direcionadas ao segmento idoso, bem	Pesquisa explicativa, de cunho teórico-bibliográfico e fundamenta-se na concepção teórico metodológica dialética de análise.	Ainda que se tenha grandes desafios para ampliação crítica dessa discussão, comparece no Serviço Social um campo novo de possibilidades para apreensão do processo de envelhecimento na atualidade, tendo em vista que a proposta da Gerontologia Social Crítica possibilita a percepção das particularidades

N°	Autor, periódico, ano	Objetivo do estudo	Tipos de estudo, método	Síntese do estudo, principais resultados
		como para a reflexão da prática social no âmbito dessas políticas.		que fazem o envelhecimento da classe trabalhadora uma problemática social a ser estudada na perspectiva da totalidade social, para além da inserção da nossa categoria profissional na luta pelos direitos sociais de mulheres e homens, velhas e velhos trabalhadores.
17	AMARO, L. C.; AFONSO, L. E. Quais são os efeitos do envelhecimento populacional nos sistemas previdenciários de Brasil, Espanha e França? **R. Bras. Est. Pop**., Belo Horizonte, v. 35, n. 2, 2018.	Analisar os impactos do envelhecimento populacional sobre os regimes previdenciários de repartição de três países: Brasil, Espanha e França.	Revisão da literatura.	São necessárias alterações sobre a idade mínima e a forma de cálculo dos benefícios, similares às que constam na Proposta de Emenda Constitucional 287, apresentada pelo governo no final de 2016 e cuja tramitação encontrava-se parada no Congresso quando este texto era finalizado. Cabe ainda apontar que outras extensões também poderiam ser feitas, com a quantificação de reformas não paramétricas, em particular uma alteração radical, do regime de repartição para o regime de capitalização. Porém, a complexidade de tal tarefa está além do escopo deste trabalho e pode eventualmente ser realizada em outros artigos.
18	VÉRAS, M. P. B.; FELIX, J. Questão urbana e envelhecimento populacional: breves conexões entre o direito à cidade e o idoso no mercado de trabalho. **Cad. Metrop.**, São	Discutir a questão urbana em sua relação com o envelhecimento populacional.	Revisão da literatura.	Mesmo com o valor de seu benefício reduzido, ao incidir o fator previdenciário sobre o cálculo, o trabalhador opta pela aposentadoria considerada precoce. Um dos fatores determinantes de sua decisão seria “se livrar” da agrura de ida e vinda diária ao local de trabalho na grande cidade. Seu benefício

N°	Autor, periódico, ano	Objetivo do estudo	Tipos de estudo, método	Síntese do estudo, principais resultados
	Paulo, v. 18, n. 36, p. 441-459, jul 2016.			reduzido, então, passa a ser uma complementação da renda vislumbrada pela permanência no mercado de trabalho em situação informal, no caso dos menos qualificados. Uma das hipóteses para essa renda é ajudar a sustentar os custos crescentes de morar na cidade (média ou grande), onde as condições de se reinventar na velhice podem ser mais promissoras.
19	GIATTI, L.; BARRETO, S. M. Saúde, trabalho e envelhecimento no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 759-771, mai/jun 2003.	Determinar os diferenciais de saúde dos idosos, segundo sua inserção no mercado de trabalho, após considerar a influência dos fatores sociodemográficos.	Análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 1998.	A análise incluiu o qui-quadrado e a *odds ratio* estimado através de regressão logística múltipla. Mais de um quarto das pessoas idosas trabalhava. Em relação aos aposentados, os que trabalhavam eram mais jovens, tinham maior escolaridade e maior renda domiciliar per capita; eles relataram menor frequência de doenças crônicas, apresentaram menor dificuldade para realização das atividades da vida diária, mas não apresentaram diferenças com relação ao uso de serviços de saúde. Nossos resultados indicam que a saúde e em especial os indicadores de autonomia e mobilidade física são fatores preditivos independentes da permanência na vida ativa em idades mais elevadas.
20	TELLES, S. *et al.* Saúde, economia, qualidade de vida do idoso na sociedade	Discutir, a partir de uma revisão de literatura, o conceito	Revisão da literatura.	Pôde-se perceber que políticas públicas, fatores socioeconômicos, e de saúde, são fundamentais, e que este debate e a luta

N°	Autor, periódico, ano	Objetivo do estudo	Tipos de estudo, método	Síntese do estudo, principais resultados
	contemporânea: do reconhecimento à legitimação de um problema social. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 351-374, abr/jun 2015.	de idoso diante dos paradigmas da sociedade contemporânea capitalista. Tivemos como objetivos específicos avaliar se somente a idade é um indicativo para definir o indivíduo como idoso; apontar a relação entre saúde, atividade física e envelhecimento; diferenciar terceira e quarta idade; discutir a importância da idade como fator determinante para a saída do mundo do trabalho.		social permeiam a manutenção e superação de um status quo etário que legitima determinada idade como importante para a perpetuação do sistema, através de uma disputa entre os interesses políticos e econômicos contra as necessidades desiguais daqueles que envelhecem em diferentes condições de vida.
21	LIMA, T. B.; HELAL, D. H. Trabalho na terceira idade: uma revisão sistemática da literatura brasileira entre 2008 e 2012. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 7, n. 18, p. 369-394, set/dez 2013.	O artigo analisa a produção científica em Administração sobre o trabalho na terceira idade, com base nos artigos de congressos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa	Revisão sistemática da literatura brasileira.	Os resultados mostram o quanto esse assunto ainda é incipiente na literatura brasileira em estudos de Administração. É necessário mais investimento na investigação do trabalho na terceira idade, visto que o envelhecimento populacional já é uma realidade no mundo social brasileiro, que impacta as organizações em sua reconfiguração das forças de trabalho para a inserção das pessoas idosas.

N°	Autor, periódico, ano	Objetivo do estudo	Tipos de estudo, método	Síntese do estudo, principais resultados
		em Administração (ANPAD) e dos principais periódicos nacionais em Administração.		
22	NASCIMENTO, M. V.; DIÓGENES, V. H. D. Transição demográfica no Brasil: um estudo sobre o impacto do envelhecimento populacional na Previdência Social. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 40-61, jan/abr 2020.	Mostrar o impacto do envelhecimento populacional sobre os gastos com benefícios concedidos do RGPS (Regime Geral Previdência Social).	Foi utilizada uma técnica demográfica conhecida como padronização direta, que possibilitou estimar uma taxa bruta de consumo em gastos previdenciários em uma população jovem (brasileira) e em uma população envelhecida (italiana), com a finalidade de compará-las e analisar como se dará o comportamento dos gastos previdenciários em uma população com uma estrutura etária idosa, como a esperada que o Brasil vivencie por volta de 2050.	Como resultado, observou-se um aumento dos gastos previdenciários com a população total, em especial quando analisado por sexo, com uma elevação nos benefícios concedidos aos homens.
23	PAZOS, P. F. B.; BONFATTI, R. J. Velhice, trabalho e saúde do trabalhador no Brasil: uma revisão integrativa. **Rev. Bras.**	Discutir a relação entre a velhice, o trabalho e a saúde do trabalhador no Brasil, a partir de	Revisão integrativa da literatura.	Além da incipiência em estudos que relacionem trabalho, pessoas idosas e saúde do trabalhador, foi identificada, através das pesquisas, a baixa efetividade das políticas

N°	Autor, periódico, ano	Objetivo do estudo	Tipos de estudo, método	Síntese do estudo, principais resultados
	Gerontol, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, 2020.	produções científicas brasileiras obtidas de uma revisão integrativa.		públicas no âmbito do direito ao trabalho para as pessoas idosas no Brasil, levando em consideração sua saúde. Aponta-se a necessidade de desenvolvimento futuros estudos e discussões sobre esses temas, de modo a promover a criação de políticas públicas complementares de incentivo à participação ao trabalho da população idosa com a adoção de medidas de atenção à saúde do trabalhador idoso no Brasil.

Fonte: SOUSA, F. R. N; Bottoni, A. (2023)

5 DISCUSSÃO

De acordo com Gomes e Pamplona (2015) no Brasil, a população idosa é bastante heterogênea e necessita de políticas de emprego específicas, dado o baixo nível de escolaridade, mesmo que possuam experiência e conhecimento. Para a reversão dessa situação, são necessárias medidas como reciclagem e maior nível de escolarização. É crucial que o Brasil adote políticas públicas de emprego voltadas para as pessoas idosas, assim como os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que já enfrentam o envelhecimento de sua população. Para Ziger *et al.* (2017) existem desafios tanto para as organizações como para as pessoas idosas, que precisam se manter ativos no mercado de trabalho em um ambiente competitivo e globalizado. Com o aumento da expectativa de vida e o avanço da medicina, a população idosa está crescendo gradualmente. Ressalta-se a necessidade de desenvolver novas políticas públicas que permitam a inserção e manutenção das pessoas idosas no mercado de trabalho, contribuindo para a sustentabilidade social das comunidades. O trabalho é visto pelas pessoas idosas como uma parte fundamental de sua identidade pessoal e profissional, e a aposentadoria não significa o fim de suas carreiras. Para as organizações, o desafio reside em criar oportunidades para a troca de experiências e conhecimento entre as gerações. Pode-se incluir políticas contra a discriminação de idade, flexibilidade na aposentadoria, trabalho com carga horária reduzida, treinamento, incentivos para que as pessoas idosas sejam empreendedores e incentivos fiscais para organizações que empregam pessoas idosas. Essas medidas poderão ajudar a atenuar os impactos negativos do envelhecimento da população no mercado de trabalho brasileiro e colaborar com a permanência e reinserção das pessoas idosas.

Amaro e Afonso (2018) analisam os impactos do envelhecimento populacional sobre os sistemas de previdência social em países com regime de repartição, com foco no Brasil, Espanha e França. Os resultados indicam que o aumento da proporção de pessoas idosas na população leva a um aumento nas despesas previdenciárias e a uma redução na arrecadação previdenciária, resultando em déficits previdenciários insustentáveis. No caso do Brasil, entende-se que o país tem um dispêndio total com benefícios previdenciários programáveis maior do que em países com populações já envelhecidas. O rápido envelhecimento projetado para o Brasil implica em níveis de despesas que não podem ser economicamente sustentados, exigindo reformas previdenciárias urgentes. O sistema previdenciário brasileiro apresenta privilégios para grupos específicos, aposentadorias precoces, tudo sustentado por uma alta

tributação sobre a renda, o que pode afetar a oferta de mão de obra e desincentivar o trabalho formal. Nascimento e Diógenes (2020) discutem a transição demográfica, que envolve a queda das taxas de mortalidade e fecundidade, levando ao aumento da população idosa em relação à jovem no Brasil e em outros países. Destacam que o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é afetado pelo envelhecimento populacional, uma vez que se baseia no regime financeiro de repartição simples e depende da relação entre contribuintes e beneficiários. Preveem que, por volta de 2050, a população brasileira enfrentará uma estrutura etária envelhecida, com mais aposentados e menos contribuintes, o que gera um crescente déficit previdenciário. Apontam que as reformas previdenciárias anteriores não resolveram esse problema crescente. Destacam ainda que nenhuma reforma trará uma solução definitiva e perpétua, sendo necessária uma revisão constante do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com ampla discussão com todos os agentes da sociedade para garantir a sustentabilidade desse importante sistema de seguridade e bem-estar social.

Segundo França *et al.* (2013) destacam que um dos principais desafios relacionados à gestão da aposentadoria é a necessidade de manter os trabalhadores satisfeitos e em atividade por um tempo maior, considerando a expectativa de vida cada vez maior após a aposentadoria. Com isso, surge a questão de como lidar com pessoas que desejam continuar trabalhando após o processo de aposentadoria. Os autores ainda apontam que flexibilidade e a autonomia no trabalho são fatores-chave para o desejo de continuar trabalhando na aposentadoria. No entanto, na realidade brasileira, a legislação e a falta de empregos em tempo parcial dificultam a realização desse objetivo. Além disso, empreender após a aposentadoria enfrenta obstáculos econômicos e governamentais. Outro desafio é o preconceito relacionado à idade, chamado de ageísmo, e a necessidade de se criar políticas de inclusão para pessoas idosas que desejam continuar trabalhando. Seria importante também garantir um ambiente propício ao desenvolvimento da qualidade de vida e de potencialidades não realizadas durante a carreira.

Ferreira (2022) aborda a importância de considerar a aposentadoria compulsória por idade como parte das discussões sobre a vida dos trabalhadores, dada a centralidade do trabalho na sociedade. Menciona que a aposentadoria pode representar uma ruptura significativa na vida dos trabalhadores, sendo particularmente relevante quando a aposentadoria é compulsória devido à idade. A falta de discussões sobre esse tema é notada nas organizações, na previdência social, nas políticas públicas e no meio acadêmico e científico. Fica notório a necessidade de consolidar políticas que auxiliem os trabalhadores no processo de aposentadoria e indica a importância de estudar essa questão com mais profundidade. Esses estudos incluiriam mapear

as ações que já estão em desenvolvimento e considerar a possibilidade de inovações. Fontoura (2015) aponta que embora a aposentadoria seja frequentemente idealizada como um período de lazer e descanso, a sociedade muitas vezes impõe condições precárias de vida para as pessoas idosas. Esse fenômeno ocorre devido à ênfase na produtividade e no lucro, levando à percepção de que as pessoas só são valorizadas enquanto produzem e, posteriormente, são descartadas. Para aqueles que desejam continuar trabalhando, bem como para aqueles que planejam sair do mercado, é crucial que a gestão de pessoas considere suas necessidades e expectativas, especialmente para aqueles que são dedicados ao trabalho e têm dificuldade em imaginar a vida sem ele. O desafio está em identificar quais trabalhadores desejam permanecer no mesmo tipo de trabalho, que desejam uma mudança e quais desejam se aposentar definitivamente, e apoiá-los nessa transição. A educação ao longo da vida desempenha um papel fundamental nesse processo, abrangendo aprendizado formal e informal, desde a infância até a aposentadoria, permitindo que os indivíduos encontrem seu próprio caminho, considerando o significado do trabalho e da aposentadoria em suas trajetórias profissionais.

Para Jacinto e Ribeiro (2015) o Brasil está passando por uma mudança demográfica significativa, com menos crianças nascendo e a maior geração já inserida no mercado de trabalho. O número de dependência demográfica aumentará após 2030 devido ao envelhecimento da população, o que pode afetar a geração de renda e crescimento econômico. Souza *et al.* (2020) analisam o processo de envelhecimento populacional, destacando que esse fenômeno tem impactos sociais e econômicos distintos em nações desenvolvidas e em desenvolvimento, como o Brasil. A rápida transição etária no Brasil ocorre sem que a população tenha alcançado plenamente melhorias sociais e qualidade de vida. As gerações mais jovens que entram no mercado de trabalho têm maior escolaridade e capacidade produtiva, o que pode compensar a diminuição do número de trabalhadores jovens. Jacinto e Ribeiro (2015) analisam que os rendimentos reais médios dos trabalhadores não estão aumentando devido ao envelhecimento da população. No entanto, a restrição na oferta de trabalho para o crescimento econômico não parece ser um problema significativo, devido ao padrão tecnológico, qualificação dos trabalhadores e sua participação contínua no mercado de trabalho.

Batista e Teixeira (2021) destacam que no Brasil, pesquisas indicam que as pessoas idosas enfrentam obstáculos para permanecer no mercado de trabalho, devido à inadequação do ambiente e à saúde do trabalhador. Embora haja exemplos de políticas governamentais em outros lugares para melhorar as condições de trabalho das pessoas idosas, a presença de indivíduos idosos no trabalho é benéfica tanto para o mercado quanto para as próprias pessoas

idosas. Para Fialho *et al.* (2019) a continuidade ou reintegração no mercado de trabalho pode indicar que os benefícios de aposentadoria ou pensão não são suficientes para atender às necessidades básicas, levando as pessoas idosas a permanecerem ativos quando, muitas vezes, prefeririam descansar, dada a limitação de eficiência devido ao envelhecimento. Segundo Paolini (2016) o envelhecimento acelerado da população traz desafios como baixa qualificação, estigmatização da terceira idade e diminuição da capacidade funcional, tornando essencial a implementação de políticas públicas específicas. É crucial adaptar o ambiente de trabalho e as atividades à velhice, visando melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e facilitar a transição para a aposentadoria.

Pérez *et al.* (2006) examinam a influência da idade na participação na força de trabalho para homens e mulheres, em consonância com a literatura internacional. No caso dos homens, a escolaridade tem pouco impacto na diferenciação das horas de trabalho, enquanto, para as mulheres, a escolaridade é fundamental para determinar a participação no mercado de trabalho e o número de horas trabalhadas. Homens casados têm maior probabilidade de permanecer na força de trabalho, enquanto mulheres solteiras se assemelham aos homens em relação ao trabalho. Entretanto, o estado conjugal não é significativo para os homens idosos, o que difere da literatura. As variáveis econômicas desempenham um papel relevante na explicação da oferta de trabalho masculina, com uma renda individual não relacionada ao trabalho afetando negativamente a probabilidade de trabalhar e o número de horas trabalhadas. Um maior número de bens no domicílio está associado a uma maior probabilidade de participação na força de trabalho e mais horas de trabalho. No caso das mulheres, as variáveis econômicas não são significativas, e as variáveis sociodemográficas, como o número de filhos vivos, explicam grande parte do comportamento em relação ao mercado de trabalho. Surpreendentemente, um maior número de filhos tem um efeito positivo na probabilidade de as mulheres idosas estarem trabalhando, indo contra a tendência observada em outros países. A condição de saúde é um fator importante, com a má saúde associada a uma menor probabilidade de estar ativo e de trabalhar mais horas, tanto para homens quanto para mulheres. A análise sugere que a saúde desempenha um papel significativo na explicação da oferta de trabalho, reduzindo o efeito da idade e da escolaridade. Nascimento e Rabelo (2008) discutem o envelhecimento populacional e o mundo do trabalho, com foco nas narrativas das pessoas idosas, especialmente relacionadas às questões de gênero. A população idosa tem crescido consideravelmente nos últimos anos, com as mulheres sendo a maioria, fenômeno conhecido como a feminização da população idosa. As pessoas idosas estão cada vez mais informados sobre seus direitos, buscam novas

formas de convivência e participação social, reivindicam seus interesses e tentam lidar com as limitações e possibilidades do envelhecimento em um mundo em constante transformação. A sociedade está incorporando cada vez mais as pessoas idosas em suas agendas, não apenas com políticas assistencialistas, mas também considerando as mudanças nas dinâmicas sociais causadas pelo envelhecimento. Muitas pessoas idosas retornam ao mercado de trabalho de maneira informal, devido às limitações físicas e à falta de preparação para competir com outras faixas etárias. Porém, há uma disposição por parte das pessoas idosas para continuar trabalhando, mesmo após a aposentadoria, buscando novas formas de sociabilidade e contribuindo com suas famílias.

Abe *et al.* (2020) identificam aspectos positivos do envelhecimento que podem favorecer o desempenho no trabalho, como a aquisição de experiência, conhecimento, maturidade e o estabelecimento de vínculos. Também destacam a capacidade do indivíduo em evoluir ao longo do tempo e criar estratégias para melhorar seu desempenho no trabalho, apesar dos desafios, também enfatiza a importância da implementação de políticas de promoção da saúde e segurança no trabalho, tornando o ambiente profissional menos agressivo, não apenas para os trabalhadores mais velhos, mas para toda a equipe. A relação entre envelhecer e trabalho é influenciada por experiências, contextos sociais, estilo de vida, características individuais e riscos ocupacionais, destacando a necessidade de mais pesquisas para expandir o conhecimento nessa área e apoiar a atuação dos profissionais, incluindo gerontólogos.

De acordo com os estudos de Alves (2019), o tempo de vida do trabalhador é moldado pelo ritmo do mercado de trabalho, que persiste mesmo após a aposentadoria, muitas vezes na forma de emprego informal. O capital valoriza a força de trabalho, e os trabalhadores mais velhos, devido à idade biológica e à deterioração de suas habilidades físicas, muitas vezes são excluídos do mercado de trabalho produtivo. Sendo assim, muitos indivíduos idosos buscam alternativas para subsistir, enfrentando dificuldades devido à falta de aumento nos benefícios de aposentadoria, resultando em restrições ao acesso a bens e serviços essenciais, agravando a situação da velhice. Envelhecer na perspectiva do capital envolve não apenas questões econômicas, mas também valores subjetivos e culturais. As pessoas idosas que ingressam no trabalho informal continuam sendo exploradas pelo capital, sem um emprego formal, o que pode levar ao estigma social. Quando não estão atuando como produtores de valor no mercado de trabalho, essas pessoas idosas muitas vezes se tornam consumidores de mercadorias, seguindo os padrões estabelecidos pelo capital. Apesar das desvantagens, muitas pessoas idosas não reconhecem as implicações negativas desse processo e têm motivos variados para retornar

ao trabalho, incluindo a necessidade de complementar a renda, buscar valorização pessoal e cumprir uma função social na sociedade capitalista. O autor defende que o trabalho deveria ser uma escolha em vez de uma necessidade para aqueles que deveriam estar desfrutando da velhice e do descanso, mas são compelidos a continuar trabalhando devido às demandas do sistema capitalista.

Véras (2016) analisa a relação entre a urbanização, as políticas do capital financeiro e o envelhecimento da população, focando nos impactos sobre a decisão dos trabalhadores de se aposentarem precocemente. Ele argumenta que a degradação das cidades, a segregação e a exclusão promovidas pelo capital imobiliário influenciam as escolhas dos trabalhadores idosos. Sugere que o aumento dos custos relacionados à moradia, transporte, lazer, saúde e outras despesas, antes compartilhados com o Estado e agora mercantilizados, está levando os trabalhadores a optarem por se aposentar mais cedo, apesar das regras estabelecidas pelo Estado, que procuram aumentar a idade mínima para a aposentadoria. A deterioração do ambiente urbano, a falta de opções de emprego mais próximas de casa e a busca por alternativas de sobrevivência levam muitos trabalhadores maduros a escolherem a aposentadoria antecipada. Mesmo com benefícios reduzidos devido ao fator previdenciário, eles veem a aposentadoria como uma forma de escapar das dificuldades de se deslocar diariamente para o trabalho nas grandes cidades. Para Telles (2015) aborda a situação das pessoas idosas na sociedade contemporânea capitalista, onde a valorização está frequentemente ligada ao acúmulo de bens, conhecimento, e às conexões com a tecnologia e as mudanças rápidas na sociedade. Pessoas idosas, especialmente aqueles com menor poder aquisitivo e educação, muitas vezes enfrentam exclusão social devido a fatores como a perda de cônjuges, amigos e o afastamento do mercado de trabalho. Enfatiza a existência de um hiato entre o fim das atividades laborais e a morte, e como tudo isso está levando à construção de novas configurações na vida das pessoas idosas, perpetuando diferenças socioeconômicas. Além disso, aborda a complexidade da saúde da pessoa idosa, ressaltando que a qualidade de vida não pode ser reduzida apenas à presença ou ausência de doença. Aponta a necessidade de uma abordagem mais holística da saúde da pessoa idosa e a importância de evitar discursos capitalistas e etários que homogeneízam um grupo diverso. Sugere que é necessário repensar a forma de encarar a velhice, evitando eufemismos e adotando uma abordagem mais crítica e humanizada em relação às pessoas idosas.

Giatti e Barreto (2003) defendem que a participação de pessoas idosas no mercado de trabalho está relacionada a fatores como idade, renda domiciliar, escolaridade e saúde. Apontam

que a boa condição de saúde, especialmente a preservação da autonomia e mobilidade física, é um fator importante para que as pessoas idosas continuem trabalhando em idades avançadas. O envelhecimento populacional traz mudanças significativas na sociedade, incluindo transformações na estrutura familiar, no mercado de trabalho e nas demandas por políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde e seguridade social.

Lima e Helal (2013) abordam a questão do envelhecimento da força de trabalho e a importância de as organizações compreenderem e lidarem com essa realidade. Destacam que diferentes gerações estão trabalhando juntas no ambiente organizacional, o que exige uma compreensão mais aprofundada e estudos na área de administração de empresas para entender os fatores envolvidos na reinserção de trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho, devido ao envelhecimento populacional.

Pazos e Bonfatti (2020) abordam a relação entre velhice, trabalho e saúde do trabalhador, destacando a importância de políticas públicas para as pessoas idosas no Brasil. Orientam a necessidade de incentivar instituições públicas e privadas a manter postos de trabalho para os trabalhadores idosos, visando proporcionar uma renda adequada às suas necessidades e bem-estar, bem como facilitar a inclusão desse grupo na sociedade. Enfatizam a preocupação com o futuro dos trabalhadores idosos no Brasil e os desafios associados a essa questão. Sugerem a realização de estudos que abordem não apenas a participação das pessoas idosas no mercado de trabalho, mas também os tipos de doenças relacionadas ao trabalho, as faixas etárias e as profissões mais afetadas, bem como as categorias de trabalho que mais empregam pessoas idosas. O trabalho ressalta que o envelhecimento da força de trabalho acompanha o envelhecimento da população como um todo. Recomendam ainda, que novos estudos poderiam apoiar o estabelecimento de políticas públicas específicas e complementares às existentes, com foco na saúde dos trabalhadores idosos no Brasil. Alves *et al.* (2016) evidenciam nos seus estudos a importância do aumento no número de produções acadêmicas na área da pós-graduação stricto sensu, com foco no estudo da velhice.

Gonçalves e Branch (2019) abordam a relação entre as mudanças demográficas e políticas nacionais e a sustentabilidade da proteção social no Brasil. Destacam a necessidade de equilibrar a crescente demanda por serviços socioassistenciais devido ao envelhecimento da população com as restrições políticas, como a redução de transferências financeiras para municípios e benefícios diretos às pessoas idosas. O debate político sobre a sustentabilidade social no Brasil se divide em duas perspectivas: a primeira vê o envelhecimento como um

problema para o Estado, buscando reduzir suas responsabilidades sociais para manter o equilíbrio fiscal, enquanto a segunda encara o envelhecimento como um desafio ao desenvolvimento sustentável, enfatizando a necessidade de o Estado aprimorar seus serviços para atender melhor as pessoas idosas. Argumentam também que a perspectiva de sustentabilidade puramente fiscal ignora o potencial de desenvolvimento social e limita a sustentabilidade a aspectos quantitativos, negligenciando a dimensão de "valor". Em contraste, a outra perspectiva visa consolidar a sustentabilidade como um valor orientador das ações do Estado em prol do bem comum, enfatizando a igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais e defendendo a expansão dos serviços socioassistenciais para promover o desenvolvimento social e a sustentabilidade no envelhecimento. Enquanto a perspectiva predominante usa a retórica da insustentabilidade para justificar o desmantelamento do Sistema de Seguridade Social, a outra perspectiva coloca a sustentabilidade como um instrumento para ampliar as responsabilidades e garantias sociais do Estado, estimulando uma luta pela manutenção e expansão das conquistas estabelecidas para atender às pessoas idosas.

6 CONCLUSÃO

Entende-se que o envelhecimento populacional é um grande desafio para o país, que precisará adotar medidas para atenuar seus impactos negativos no mercado de trabalho. A falta de estudos longitudinais sobre as atitudes e o comportamento dos trabalhadores idosos em relação à aposentadoria é uma lacuna que deve ser preenchida com pesquisas nacionais mais elaboradas. O sistema previdenciário brasileiro apresenta privilégios para grupos específicos, aposentadorias precoces, tudo sustentado por uma alta tributação sobre a renda, o que pode afetar a disponibilidade de mão-de-obra e desincentivar o trabalho formal. Será necessário revisar as regras de concessão de benefícios e dos cálculos de seu valor, sem as quais as despesas previdenciárias continuarão em elevação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). A flexibilidade e a autonomia no trabalho podem influenciar positivamente o desejo de continuar trabalhando na aposentadoria. O Brasil pode adotar medidas para incentivar a permanência e reinserção das pessoas idosas no mercado de trabalho, como a criação de programas de capacitação e a flexibilização das regras trabalhistas.

O trabalho apresentou uma síntese sobre as políticas públicas de trabalho e renda destinadas à população idosa brasileira que foram publicadas na amostra da literatura que compôs esse estudo. A partir dessas informações, também foi possível concluir que a população idosa no Brasil é heterogênea e exige, além da aposentadoria, políticas públicas de trabalho e renda específicas, dado o baixo nível de escolaridade, embora possuam experiência e conhecimento. Para reverter essa situação, serão necessárias medidas como reciclagem e maior nível de escolarização dessa população. É crucial que o Brasil adote políticas públicas de trabalho e renda voltadas para as pessoas idosas, à semelhança dos países OCDE, que já enfrentam o envelhecimento populacional. As políticas públicas de trabalho e renda destinadas à população idosa brasileira devem levar em conta suas características e necessidades, contribuindo para a inclusão e a permanência das pessoas idosas no mercado de trabalho. Essas políticas podem incluir medidas contra a discriminação de idade, flexibilidade na aposentadoria, trabalho em meio período, treinamento, incentivos para empreendedores idosos e incentivos fiscais para empresas que empregam pessoas idosas. A adoção dessas políticas pode contribuir para a melhoria das condições de trabalho e renda das pessoas idosas, bem como para a sua qualidade de vida e bem-estar.

O estudo destacou que a boa condição de saúde, especialmente a preservação da autonomia e mobilidade física, é um fator importante para que as pessoas idosas continuem trabalhando em idades avançadas. Portanto, políticas públicas de trabalho e renda que levem

em conta a saúde e o bem-estar dos trabalhadores idosos podem contribuir para a promoção da saúde e da qualidade de vida desses trabalhadores. O estudo também mostrou a importância de ajustes e reformas contínuas no sistema de previdência social, bem como de uma revisão constante do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com ampla discussão com todos os agentes da sociedade para garantir a sustentabilidade desse importante sistema de seguridade e bem-estar social. Essas medidas poderão contribuir para a promoção da saúde e da qualidade de vida do trabalhador idoso no Brasil, garantindo a sua proteção social e o seu acesso a condições de trabalho e renda adequadas às suas necessidades e bem-estar.

Sugere-se para melhorar as condições de qualidade de vida do trabalhador idoso no Brasil, tais como: 1) Incentivar instituições públicas e privadas a manter postos de trabalho para os trabalhadores idosos, visando proporcionar uma renda adequada às suas necessidades e bem-estar, bem como facilitar a inclusão desse grupo na sociedade; 2) Realizar estudos que abordem não apenas a participação das pessoas idosas no mercado de trabalho, os tipos de doenças relacionadas ao trabalho, as faixas etárias e as profissões mais afetadas, bem como as categorias de trabalho que mais empregam pessoas idosas; 3) Considerar a capacidade de trabalho das pessoas idosas e garantir o direito à permanência ou reinserção no mercado de trabalho daqueles que desejam continuar trabalhando; 4) Melhorar as condições de vida das pessoas idosas requer investimentos em educação, saúde e trabalho para os jovens e adultos atuais, uma vez que a qualidade de vida na terceira idade é influenciada pelas etapas anteriores da vida. 5) Adotar políticas públicas de trabalho e renda voltadas para as pessoas idosas, à semelhança dos países da OCDE, que já enfrentam o envelhecimento populacional.

Para concluir, entende-se que a população brasileira se tornará mais idosa com o passar dos anos e consequentemente muitos trabalhadores serão pessoas idosas. Por mais que exista a cultura de que os trabalhadores sejam os responsáveis por manter a sua própria saúde e empregabilidade, as organizações poderiam auxiliá-los a se manterem saudáveis e atualizados profissionalmente. Por outro lado, existe uma oportunidade de se estimular políticas públicas de trabalho e de renda para a contratação de pessoas idosas, assim como se faz com a contratação de aprendizes e pessoas com deficiência. Dessa maneira, não se dependeria apenas da boa vontade das organizações. Atualmente não existe uma lei que defenda e estimule a inserção e a manutenção de pessoas idosas nos postos de trabalho. Ainda predomina a visão de que as pessoas mais jovens são mais ágeis, produtivas e intelectualmente capazes do que a pessoa idosa, que quando consegue se reinserir no mercado de trabalho, muitas vezes não atinge o respectivo reconhecimento salarial. As organizações, por sua vez, poderiam mais uma vez, realizar contribuições em responsabilidade social, ao desenvolver programas internos de

capacitação, que prepariam as pessoas idosas às novas tecnologias e consequentemente os prepariam para assumir novos postos de trabalho. Essas sugestões poderiam contribuir para a melhoria das condições de trabalho e renda das pessoas idosas, bem como para a sua qualidade de vida e bem-estar.

REFERÊNCIAS

ABE, D. S. B. *et al.* Envelhecimento e trabalho na perspectiva dos trabalhadores: uma revisão integrativa. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 2, n. 24, p. 570-581, 2020.

ALVES, C. N. S. O descarte do trabalhador idoso no capitalismo contemporâneo: elementos que os conduzem ao mercado informal de trabalho. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, p. 196-208, 2019.

ALVES, S. B. *et al.* Produção de conhecimento no serviço social sobre as lutas e proteção social à velhice dos trabalhadores. **Textos & Contextos**, Porto Alegue, v. 15, n. 1, p. 75-83, jan/jul 2016.

AMARO, L. C.; AFONSO, L. E. Quais são os efeitos do envelhecimento populacional nos sistemas previdenciários de Brasil, Espanha e França? **R. Bras. Est. Pop**., Belo Horizonte, v. 35, n. 2, 2018.

BATISTA, R. L.; TEIXEIRA, K. M. D. O cenário do mercado de trabalho para idosos e a violência sofrida. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 6, 2021.

BLOOM, D. E. *et al.* Implications of population ageing of economic growth. **Oxford review of economic policy**, Oxford, v. 26, n. 4, p. 583-612, 2010.

BORGLIN, G. *et al.* The experience of quality of life among older people. **Journal of Aging Studies**, Massachusetts, v. 19, n. 2, p. 201-220, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1993]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. **Lei 10.741**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 2528**. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2006a]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 399**. Divulga o Pacto pela Saúde - Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2006b]. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html. Acesso em: 15 jun. 2023.

CABRAL, U. População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021. **Agência de Notícia IBGE**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021. Acesso em 15 jun. 2023.

CAMARANO, A. A. **O Estatuto do Idoso: avanços com contradições**. Textos para discussão. Brasília, Rio de Janeiro, IPEA, 2013.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. **O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas**. In: CAMARANO, A. A. (org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60. Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 261-300.

CEPELLOS, V. M. *et al.* Envelhecimento nas organizações: preconceito ou tendência? **GV Executivo**, São Paulo, v. 12, n.2, p. 124-127, jul/dez, 2013.

CUPERTINO, A. P. F. *et al.* Definição de Envelhecimento Saudável na Perspectiva de Indivíduos Idosos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 81-86, 2007.

DAMASCENO, C. K. C. S.; SOUSA, C. M. M. Análise sobre as políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. **Revista Interdisciplinar**, Teresina, v. 9, n. 3, p. 185-190, jul/ago/set, 2016.

DAWALIBI, N. W. *et al.* Envelhecimento e qualidade de vida: análise da produção científica da Scielo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 30, n. 3, p. 393-403, 2013.

FERREIRA, D. N. *et al.* Implicações da aposentadoria compulsória por idade: reflexões e perspectivas. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, São Paulo, vol. 32, n. 1-3, jan 2022.

FIALHO, A. A. B. *et al.* A pessoa idosa e o mercado de trabalho: uma análise a partir da PED 2014 da região metropolitana de Belo Horizonte. **Estud. Interdiscipl. Envelhec.** Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 9-29, 2019.

FONTOURA, D. S. *et al.* O desafio de aposentar-se no mundo contemporâneo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 53-79, jan/mar 2015.

FRANÇA, L. H. F. P. *et al.* Aposentar-se ou continuar trabalhando? O que influência essa decisão? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 548-563, 2013.

GIATTI, L.; BARRETO, S. M. Saúde, trabalho e envelhecimento no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 19, n.3, p. 759-771, 2003.

GOMES, P. S.; PAMPLONA, J. B. Envelhecimento Populacional, Mercado de Trabalho e Política Pública de Emprego no Brasil. **E&G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 15, n. 41, p. 206-230, out/dez 2015.

GONÇALVES, A.; BRANCHI, A. B. Envelhecimento, sustentabilidade e reforma do Sistema de Seguridade brasileiro: um novo desafio demográfico para uma velha questão política. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 348-361, jul/dez 2019.

GONÇALVES, C. D. Envelhecimento bem-sucedido, envelhecimento produtivo e envelhecimento ativo: reflexões. **Estud. interdiscipl. envelhec.**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 645-657, 2015.

HANASHIRO, D. M. M.; PEREIRA, M. F. M. W. M. O etarismo no local de trabalho: evidências de práticas de "saneamento" de trabalhadores mais velhos. **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 13, n. 2, p. 188-206, mai/ago 2020.

HERRMANN, M. Population aging and economic development: anxieties and policy responses. **Population Ageing**, New York, v. 5, n. 1, p. 23-46, 2011.

HOFFMAN-HOROCHOVSKI, M. T. *et al.* O cuidado como objeto de pesquisa na produção do conhecimento sobre Políticas Públicas para o envelhecimento. Século XXI, **Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v.9, n. 3, p. 750-778, 2019.

IBGE. **População brasileira envelhece em ritmo acelerado**. 2008. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13577-asi-ibge-populacao-brasileira-envelhece-em-ritmo-acelerado. Acesso em: 15 jun. 2023.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

JACINTO, P. A.; RIBEIRO, E. P. Crescimento e envelhecimento populacional brasileiro: Menos trabalhadores e Trabalhadores mais produtivos? **Pesquisa e planejamento econômico**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 177-218, 2015.

LIMA, T. B.; HELAL, D. H. Trabalho na terceira idade: uma revisão sistemática da literatura brasileira entre 2008 e 2012. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 7, n. 18, p. 369-394, set/dez 2013.

MARRA, A. V. *et al.* Significado do trabalho e envelhecimento. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 103-128, 2013.

MINCACHE, G. B. *et al.* Aliando Tecnologia da Aprendizagem à Qualidade de Vida dos Idosos. **Revista Redes.Com**. Sevilla, n. 6, 2012.

NASCIMENTO, A. J. R; RABÊLO, F. C. E. Memória e envelhecimento: narrativas sobre questões de gênero e do mundo do trabalho. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 333-342, jul/dez 2008.

NASCIMENTO, M. V.; DIÓGENES, V. H. D. Transição demográfica no Brasil: um estudo sobre o impacto do envelhecimento populacional na Previdência Social. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 40-61, jan/abr 2020.

OMS. **Envelhecimento Ativo, Um Projeto de Política de Saúde**. Madrid: OMS, p. 1-62, 2002.

PAOLINI, K. S. Desafios da inclusão do idoso no mercado de trabalho. **Rev. Bras. Med. Trab.** São Paulo, v. 14, n. 2, 2016.

PAZOS, P. F. B.; BONFATTI, R. J. Velhice, trabalho e saúde do trabalhador no Brasil: uma revisão integrativa. **Rev. Bras. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, 2020.

PEDRO, D. R. C. *et al.* Práticas de gestão da idade do trabalhador com 45 anos ou mais: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 194-202, 2020.

PEREIRA, C.; NEVES, R. Os idosos e as TIC – competências de comunicação e qualidade de vida. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 05-26, 2011.

PEREIRA, M. L. G. *et al.* O envelhecimento populacional: políticas públicas no município de Mogi das Cruzes, São Paulo. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 29, n. 02, p. 21-32, mai/ago 2016.

PÉREZ, E. R. *et al.* Análise dos determinantes da participação no mercado de trabalho dos idosos em São Paulo. **R. Bras. Est. Pop.** Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 269-286, jul/dez 2006.

RIBEIRO, P. C. C *et al.* Permanência no mercado de trabalho e satisfação com a vida na velhice. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 2683-2692, 2018.

SILVA, A. M. V. *et al.* O processo de envelhecimento no âmbito da garantia de acesso e assistência social no Brasil, **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, Limoges, v. 1, n. 10, p. 1-13, 2021.

SIQUEIRA, R. *et al.* A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 899-906, 2002.

SOUZA, L. B. C. *et al.* Fatores de postergação da aposentadoria de idosos: revisão integrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 3889-3900, 2020.

SOUZA, R. F. *et al.* Reflexões sobre envelhecimento e trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, p. 2835-2843, 2010.

TAVARES, M. A. Envelhecimento e trabalho na sociedade capitalista. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 143-151, jan/abr 2020.

TELLES, S. *et al.* Saúde, economia, qualidade de vida do idoso na sociedade contemporânea: do reconhecimento à legitimação de um problema social. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 351-374, abr/jun 2015.

TORRES, T. L. *et al.* Representações sociais e crenças normativas sobre envelhecimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 12, p. 3621-3630, 2015.

UNFPA. **Envelhecimento no Século XXI:** Celebração e Desafios. Nova Iorque, 2012. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/envelhecimento-no-s%C3%A9culo-xxi-celebra%C3%A7%C3%A3o-e-desafio. Acesso em: 15 jun. 2023.

VECCHIA, R. *et al.* Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 246-52, 2005.

VÉRAS, M. P. B.; FELIX, J. Questão urbana e envelhecimento populacional: breves conexões entre o direito à cidade e o idoso no mercado de trabalho. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 441-459, jul 2016.

WHITAKER, D. C. A. O idoso na contemporaneidade: a necessidade de se educar a sociedade para as exigências desse "novo" ator social, titular de direitos. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 30, n. 81, p. 179-188, mai/ago 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Envelhecimento ativo:** uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

ZIGER, R. *et al.* Perspectivas de carreira para pessoas idosas nas organizações. **Revista de Carreiras e Pessoas**, Joaçaba, v. 7, n. 3, p. 64-87, 2017.